

Relações do movimento pela democratização da comunicação com o Congresso Nacional durante a campanha pró-Confecom¹

Rafael FORTES²

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Rio de Janeiro, RJ

RESUMO

Este trabalho é parte de uma pesquisa que investiga a mobilização política para a realização da Conferência Nacional de Comunicação (Confecom). Para tanto, ela analisa as notícias divulgadas em quatro sites relacionados ao movimento pela democratização da comunicação (MDC) entre junho de 2007 e dezembro de 2009: Coletivo Intervezes; Comissão Nacional Pró-Conferência de Comunicação; Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação; e Observatório do Direito à Comunicação. Este artigo se debruça sobre uma questão específica: como tal produção aborda as relações entre o Congresso Nacional e o MDC. A análise divide o material em quatro categorias, que correspondem às seções deste artigo: a) casa legislativa que privilegia os interesses dos empresários do setor; b) espaço de atuação e luta do movimento em prol da realização da Conferência; c) parlamentares e comissões como interlocutores quanto ao tema comunicação e agentes da campanha pela realização da Confecom; d) comparações entre as posturas do Legislativo e do Executivo.

PALAVRAS-CHAVE: Conferência Nacional de Comunicação; movimentos sociais; Legislativo; sites; política.

Introdução

Em dezembro de 2009, foi realizada a primeira e, até o momento, única Conferência Nacional de Comunicação (Confecom). Sendo a comunicação um setor atrasado do ponto de vista das políticas públicas, regulamentação e garantia de direitos, não surpreende que a trajetória para se chegar até a realização da Conferência tenha sido sinuosa e repleta de lutas. Sua convocação e realização foi resultado de um processo de mobilização realizado por diversas entidades e agentes, tendo à frente o movimento pela democratização da comunicação (MDC).³

¹ Trabalho apresentado no DT 8 – Estudos Interdisciplinares do XXII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 22 a 24 de junho de 2017. Versão preliminar para debate. Favor não citar.

² Doutor em Comunicação com pós-doutorado em História. Professor do Departamento de Ciências Sociais, email: raffortes@hotmail.com.

³ Por *movimento pela democratização da comunicação*, refiro-me a um conjunto de entidades (associações de cunho temático e/ou político, sindicatos de trabalhadores, conselhos de natureza profissional e organizações não-governamentais, entre outros), coletivos, mandatos políticos, instâncias/órgãos estatais e militantes individuais e/ou independentes engajados em iniciativas de diversas naturezas (econômica, legislativa, política, de conteúdo, forma etc.) para transformar o cenário da comunicação no Brasil, reivindicando sua democratização, bem como o reconhecimento legal e a efetivação do direito à comunicação. Não se trata, é claro, de um movimento unívoco e homogêneo: houve e há divergências, lutas internas e dissonâncias. Contudo, não será possível desenvolver esta questão, tendo em vista o limite de páginas deste trabalho.

Tal processo se deu apesar das condições historicamente pouco favoráveis à causa. De acordo com Souza (1996), uma das dificuldades do MDC é o “desconhecimento da existência deste movimento social por grande parcela da sociedade brasileira” devido ao “fato de que atinge diretamente os interesses dos grandes proprietários dos meios de comunicação social no Brasil”. Em outras palavras, “as elites dominantes e os empresários do setor que as compõem, articulados com os seus representantes no Estado Brasileiro” evitam pautar as lutas relativas à comunicação (p. 159).⁴ Sendo assim, os veículos de maior alcance e audiência, controlados por tais empresas, famílias e/ou grupos, estabelecem uma espécie de bloqueio político-informativo, que torna a luta pouco visível para a sociedade.

Este trabalho integra uma pesquisa que investiga a mobilização política para a realização da Confecom. Para tanto, ela analisa os materiais (notícias, documentos, manifestos, programação de eventos, vídeos etc.) divulgados em quatro sites relacionados ao MDC entre junho de 2007 e dezembro de 2009: Coletivo Intervezes; Comissão Nacional Pró-Conferência de Comunicação (CNPC); Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC); Observatório do Direito à Comunicação (ODC).

Este artigo se debruça sobre uma questão específica: como tal documentação aborda o Congresso Nacional e as relações entre este e o MDC. As relações com o Congresso Nacional podem ser enquadradas em quatro categorias principais, que correspondem às seções deste artigo. Primeiro, como uma casa legislativa que historicamente tendeu a privilegiar os interesses dos poderosos e/ou dos empresários do setor e aprovar leis condizentes com tais pontos de vista, os quais contrastam com os direitos da cidadania e do aprimoramento da democracia brasileira. Segundo, como um espaço importante de atuação e luta do movimento em prol da realização da Conferência. Terceiro, alguns parlamentares e comissões como interlocutores quanto ao tema comunicação e agentes da campanha pela realização da Confecom. Por fim, comparações entre as posturas do Legislativo e do Executivo quanto à mobilização para a Conferência.

Casa legislativa que privilegia os interesses do empresariado

⁴ Além, evidentemente, de pouco pautarem as lutas sociais de um modo geral (ARBEX JR., 2003).

Em setembro de 2007, uma matéria a respeito de uma Conferência Preparatória organizada por iniciativa do Ministério das Comunicações (Minicom) criticou o evento por suas características e apontou o receio de que a ocasião fosse utilizada para avançar discussões no Congresso, de forma que leis sobre o tema viessem a ser aprovadas antes da realização da Confecom:

Apesar de não prever espaços para formulação e debate mais aprofundado, o Minicom e a CCTCI [Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática] da Câmara dos Deputados têm a intenção de utilizar o evento para apontar algumas alterações no marco regulatório das comunicações, em especial nos aspectos relacionados à TV paga. Tais propostas já estão sendo costuradas pelo deputado Jorge Bittar (PT-RJ), relator dos projetos acerca do tema atualmente em tramitação na Câmara.

Diante da possibilidade de que as definições aconteçam sem a efetiva participação da sociedade civil, a deputada Luiza Erundina (PSB-SP) ressalta a necessidade de que uma verdadeira Conferência democrática aconteça em breve. “Acredito que ela será realizada, sim, porque a sociedade civil começa a acumular forças. Meu receio é que isso só aconteça depois da implementação da TV digital”, afirma a parlamentar. “A própria CCTCI, que fomentou todo o processo de debates sobre comunicação, não estará presente nesta Conferência Preparatória”.⁵

Senador pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB/MG), Hélio Costa assumiu o Ministério das Comunicações em junho de 2005. Permaneceu no cargo até março de 2010, quando se licenciou para concorrer ao governo de Minas Gerais numa chapa em aliança com o Partido dos Trabalhadores (PT). Em ambas as funções (senador e ministro), foi considerado tanto nas fontes⁶ quanto em parte da literatura científica como identificado com os interesses das grandes empresas do setor, sobretudo da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e da Rede Globo (LIMA, 2012b, p. 282).

Na visão de diversos setores do MDC, o ministro tomara a iniciativa de realizar um evento em que ele próprio escolhesse os participantes, mas que poderia fazer as

⁵ GUEDES, Gabriela. ‘Conferência’ é realizada sem participação da sociedade civil. *ODC*, 5 set. 2007. Disponível em:

<https://web.archive.org/web/20130626043725/http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=1311>. Acesso em 15 fev. 2017.

⁶ Cf., por exemplo: TV digital: oportunidade perdida para democratizar as comunicações. *Intervozes*, 6 dez. 2007. Disponível em: <<http://intervozes.org.br/tv-digital-oportunidade-perdida-para-democratizar-as-comunicacoes>>. Acesso em 10 fev. 2015.

vezes de uma conferência nacional.⁷ Houve pesadas críticas do MDC e de parlamentares, como a da deputada Erundina, que referiu-se a “uma verdadeira Conferência democrática” como algo por fazer e, portanto, distinto do seria realizado no Congresso. Tais posicionamentos parecem ter gerado um do Minicom.⁸ O MDC e parlamentares passaram a se referir ao evento como *congresso preparatório*⁹ ou *Conferência Preparatória*,¹⁰ explicitando não se tratar da Conferência Nacional.

De qualquer forma, uma vez que o evento iria acontecer, iniciou-se um debate entre o MDC e alguns parlamentares sobre de que forma a ocasião poderia ser aproveitada. Decidiu-se priorizar temas que já estavam em discussão, como uma nova regulamentação da TV por assinatura.¹¹ A fala da deputada também expressava o receio de que outras decisões, como a escolha do modelo de televisão digital, fossem realizadas antes da discussão na Confecom. Esta visão fornecia tanto um argumento em prol da urgência da convocação e realização da Conferência quanto demonstrava desconfiança e pessimismo em relação às possibilidades de garantia dos direitos da cidadania no âmbito do Congresso Nacional.

O peso do lobby das empresas de comunicação foi reconhecido por Erundina em diversos momentos. Por exemplo:

Realista em relação às disputas no Congresso, a deputada assume que o lobby das empresas de telefonia e, sobretudo, de radiodifusão não apenas tem muita adesão como paralisa qualquer iniciativa de reforma progressista. Por isso conta com a sociedade civil. “Sou minoria na bancada, no partido, no Congresso, na CCTCI. Busco ar para respirar e espaço para intervir na sociedade civil organizada. Tenho encontrado muito apoio na sociedade”, exclama, lembrando a “luta solitária” que caracteriza o setor.¹²

Lima (2006) apresenta evidências de sistemática atuação de parlamentares concessionários de radiodifusão na composição e nas votações da CCTCI. Neste

⁷ CARTA Aberta ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. *Câmara Notícias*, 22 jun. 2007. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/105640.html>>. Acesso em 30 set. 2013.

⁸ COSTA apoia Conferência construída com sociedade e governo. *FNDC*, 24 ago. 2007. Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/noticias/costa-apoia-conferencia-construida-com-sociedade-e-governo-176293/>>. Acesso em 26 jun. 2014.

⁹ CONFERÊNCIA está sendo gestada pela sociedade. *FNDC*, 07 jul. 2007. Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/noticias/conferencia-esta-sendo-gestada-pela-sociedade-166231/>>. Acesso em 26 jul. 2014.

¹⁰ CONFERÊNCIA Nacional de Comunicações será construída pela sociedade e governo. *Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação*, 21 set. 2007. Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/noticias/conferencia-nacional-de-comunicacoes-sera-construida-pela-sociedade-e-governo-185089/>>. Acesso em 21 de fev. 2015.

¹¹ Que se tornou a Lei 12.485, de 12/9/2011, conhecida como Lei da TV Paga. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2011/Lei/L12485.htm>. Acesso em 9 abr. 2017.

¹² RIBEIRO, Carolina; COSTA, Henrique. Deputada cobra compromisso do Executivo com convocação. *ODC*, 4 jun. 2008. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20130627132835/http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=3516>. Acesso em 13 fev. 2017.

cenário, a deputada foi qualificada em matéria do ODC como “voz dissonante num Congresso Nacional que, há muito, tem seu destino determinado pela forte presença de representantes diretos e lobistas dos empresários das comunicações”.¹³ Ela foi apresentada como uma aliada do MDC em meio a um Parlamento hostil aos movimentos sociais e, em particular, às reivindicações de regulamentação¹⁴ e democratização da comunicação (retomo este assunto adiante).

Contudo, nem todas as fontes reproduziram tal visão. Em dezembro de 2007, uma matéria a respeito da iniciativa da CNPC de buscar diálogo com entidades empresariais mencionou pontos de concordância obtidos em reuniões com representantes destas últimas. Por exemplo, “em sintonia com a Comissão, a principal entidade dos radiodifusores [Abert] manifestou preocupação com o fato de diversos projetos de lei que alteram o quadro regulatório das comunicações estarem sendo discutidos antes da realização da conferência”.¹⁵ Ainda que posteriormente a Abert e outras associações patronais tenham abandonado a organização da Conferência e se recusado a dela participar, a afirmação é um exemplo da busca de convergências entre setores opostos e, ao menos pontualmente, de uma concordância em relação ao método: a tramitação de propostas relativas à comunicação no Congresso deveria ser interrompida até a realização da Conferência. Outrossim, trata-se de um caso relativamente isolado, que contrasta com afirmações na direção oposta em diversas outras fontes: o Congresso é representado como um lugar onde as principais entidades representativas dos grupos empresariais de mídia sistematicamente emplacavam seus interesses e objetivos.

Espaço de atuação do MDC na campanha pela Confecom

As notícias destacaram as tentativas – muitas vezes exitosas, outras não¹⁶ – do

¹³ RIBEIRO, Carolina; COSTA, Henrique. Deputada cobra compromisso do Executivo com convocação. *ODC*, 4 jun. 2008. Disponível em:

<https://web.archive.org/web/20130627132835/http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=3516>. Acesso em 13 fev. 2017.

¹⁴ A maioria dos itens que compõem os artigos 220 a 224 da Constituição Federal de 1988 continua aguardando regulamentação pelo Congresso Nacional.

¹⁵ GUEDES, Gabriela. Sem apoio do governo, entidades iniciam diálogo com empresas. *ODC*, 10 dez. 2007. Disponível em:

<https://web.archive.org/web/20130627141544/http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=2175>. Acesso em 14 fev. 2017.

¹⁶ Quero dizer, houve diversas notícias a destacar situações em que o MDC conseguiu pautar a discussão de temas no Congresso. Raras notícias trataram de tentativas frustradas do movimento de fazer o mesmo. Não foi possível, no

movimento de realizar discussões sobre o tema dentro do Congresso, com um duplo objetivo: para dar visibilidade à campanha e para, de alguma forma, pressionar o Executivo a convocar a Conferência.¹⁷

O principal âmbito destas iniciativas foram reuniões, audiências e debates realizados por comissões para tratar de temas relativos à Confecom, incluindo o processo em si de mobilização e de organização.

Destacou-se a postura colaborativa de certas comissões, em especial a CCTCI da Câmara, em relação às iniciativas do movimento, o que se manifestou de, ao menos, duas formas:

a) A parceria com as comissões viabilizava a realização, na Câmara, de eventos para discutir a comunicação.¹⁸

b) As comissões eram espaços para dar visibilidade, no Congresso, à luta em prol da democratização – uma notória dificuldade enfrentada pelo MDC. Além disso, os eventos nelas realizados foram oportunidades de tentar atrair ou aproximar parlamentares para a causa, de pressionar o Executivo, de afirmar pontos de vista e de confrontar representantes do empresariado (e, em alguns momentos, do governo Lula).

Vale destacar que, durante o período analisado, a maioria das audiências noticiadas não enfocou especificamente a Confecom. Mas, ao tratar de temas relativos à comunicação, e ao permitir a participação de militantes do MDC representando suas organizações, surgia a oportunidade, tanto para os próprios militantes quanto para parlamentares, de falar da Conferência. Por exemplo, num debate sobre as concessões de rádio e televisão:

(...) a deputada Luiza Erundina e os deputados Walter Pinheiro (PT-BA) e Jorge Bittar (PT-RJ) defenderam a realização da Conferência Nacional de Comunicação. “A Conferência Nacional de Comunicação pode dar ao governo o respaldo popular para promover a iniciativa legal que pode criar esse novo aspecto legislativo que permita botar o dedo na ferida”, defendeu Pinheiro, presidente da CCTCI. “Este debate deve apontar algo que precisa culminar com uma Conferência Nacional, que aponte para um marco legal que possibilite a democratização dos meios e o controle social para que o patrimônio público seja apropriado pelo povo”, acrescentou Luiza Erundina.¹⁹

âmbito da pesquisa, confrontar tais incidências com outras fontes que permitissem comparar e/ou quantificar tais situações.

¹⁷ Conferência Nacional de Comunicação: luta central em 2008. *Intervozes*, 12 mai. 2008. Disponível em:

<<http://intervozes.org.br/conferencia-nacional-de-comunicacao-luta-central-em-2008>>. Acesso em 13 fev. 2015.

¹⁸ Inclusive, acredito eu, graças à disponibilidade de recursos (por exemplo, para o pagamento de passagens e diárias de convidados), cuja disponibilidade geralmente é escassa para os movimentos sociais.

¹⁹ NA CÂMARA, entidades denunciam omissão do Estado e irregularidades das emissoras. *Intervozes*, 5 dez. 2008. Disponível em: <<http://intervozes.org.br/na-camara-entidades-denunciam-omissao-do-estado-e-irregularidades-das>>

Na fala dos parlamentares é possível perceber a estratégia de articular a argumentação em torno de um problema específico – a necessidade de revisão dos critérios para as concessões de radiodifusão, bem como para as renovações ao final do prazo – com a necessidade de realização da Confecom. Esta seria a instância a partir da qual as propostas de mudança na legislação teriam “respaldo popular”, permitindo ao governo tomar uma iniciativa que contrariasse interesses poderosos, estabelecidos há décadas e reforçados pelas políticas de distribuição de concessões durante as presidências de Figueiredo e Sarney, e que não sofreram alterações significativas nos posteriores (LIMA, 2006, 2011; MOTTER, 1994).

Em dezembro de 2007,

(...) entidades da sociedade civil se reuniram com o presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara dos Deputados, Julio Semeghini (PSDB-SP), para tratar do tema da Conferência Nacional de Comunicação.

As organizações presentes reafirmaram a expectativa de que a Conferência seja convocada ainda este ano pelo Executivo, e pediram apoio da CCTCI para isso.²⁰

De acordo com o texto, “Semeghini foi receptivo às propostas apresentadas e reafirmou o compromisso da CCTCI com a conferência”. Por sua vez, “as entidades da sociedade civil consideraram positiva a audiência (...)”.²¹ O texto citava um representante da Fenaj afirmando que “o encontro (...) renova as esperanças de que [a Conferência] será realizada em 2008”.²²

Evidência da relevância desta comissão é o fato de a interlocução estabelecida com ela ser considerada positiva pelo MDC inclusive no que diz respeito a alguns deputados da oposição (e de partidos em geral considerados pelo MDC como associados aos interesses dos empresários de comunicação, como é o caso do PSDB). Segundo matéria do TeleTime News reproduzida pelo ODC, em 2009 a CCTCI criou uma

[emissoras](#)>. Acesso em 25 fev. 2015. A matéria aponta como fonte o Observatório do Direito à Comunicação e data de publicação, 27/11/2008.

²⁰ CCTCI reafirma compromisso com Conferência de Comunicação. *ODC*, 14 dez. 2007. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20130625090533/http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=2232>. Acesso em 14 fev. 2017.

²¹ CCTCI reafirma compromisso com Conferência de Comunicação. *ODC*, 14 dez. 2007. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20130625090533/http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=2232>. Acesso em 14 fev. 2017.

²² CCTCI reafirma compromisso com Conferência de Comunicação. *ODC*, 14 dez. 2007. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20130625090533/http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=2232>. Acesso em 14 fev. 2017.

“subcomissão (...) especialmente para acompanhar a conferência”, outra evidência do interesse da mesma pelo tema e da articulação com o MDC.²³

Parlamentares e comissões: agentes em campanha pró-Conferência

O destaque dado nas notícias à atuação de alguns (poucos) parlamentares e da CCTCI, bem como o conteúdo da própria atuação sugerem que tais figuras foram consideradas, mais do que parceiras do MDC, agentes participantes da campanha pró-Conferência. Isto foi verificado por alguns indícios presentes e/ou destacados nas notícias.

Primeiro, a citação, dentro das notícias, de declarações de congressistas. Na maioria das vezes, tratava-se de deputados de partidos como PT e PSB e que integravam a CCTCI ou outras comissões com alguma atuação relativa à comunicação.

Segundo, a cobertura de outra forma de interlocução: a participação de parlamentares em eventos e atividades organizados pelo MDC. Em maio de 2008, Luiza Erundina discursou na Plenária do FNDC. Quatro parágrafos da matéria abordam a fala da parlamentar; em três deles aparece o tema Confecom. Segundo o texto:

A deputada (...) da (...) CCTCI destacou a importância da plenária do FNDC, que reuniu os principais atores que irão viabilizar a conferência, que só se coloca na agenda do país, segundo ela, pela força, pela pressão e militância desses setores. "Para nós (parlamentares) tem sido decisivo o apoio de vocês, senão, não teríamos chegado sequer a esse pouco que se conquistou do ponto de vista da mudanças no marco regulatório a partir da CCTCI", afirmou, destacando que o principal protagonista desse processo é a sociedade civil organizada. "Vocês estão na vanguarda desse processo, viabilizando este direito da cidadania que é definir aquilo que é mais importante em qualquer sociedade democrática do mundo, que é a democratização dos meios de comunicação social".²⁴

Esta fala é importante por, pelo menos, três motivos. Primeiro, por reforçar a ideia de afinidade política e colaboração entre raros parlamentares e o MDC. Segundo,

²³ MAZZA, Mariana. Confecom vira tema de audiências na Câmara dos Deputados. *ODC*, 27 ago. 2009. Disponível em:

https://web.archive.org/web/20130628030611/http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=5456. Acesso em 30 dez. 2016.

²⁴ MARINI, Ana Rita. Rede única para a digitalização é entendimento geral no primeiro dia de plenária. *FNDC*, 17 mai. 2008. Disponível em: <http://www.fndc.org.br/noticias/rede-unica-para-a-digitalizacao-e-entendimento-geral-no-primeiro-dia-de-plenaria-254002/>. Acesso em 18 set. 2014.

também pode ser lida como evidência da dificuldade de pautar determinados assuntos e de fazer avançarem os trabalhos no Congresso, especialmente no caso de uma comissão com ampla e histórica participação de concessionários de radiodifusão e de parlamentares interessados na manutenção do *status quo* (LIMA, 2006). Neste sentido, quando usa a expressão “nós (parlamentares)”, provavelmente não estava falando em nome do conjunto de colegas, mas daqueles poucos dispostos a tomar iniciativas para democratizar a comunicação. Terceiro, talvez por isso mesmo ela desse tanta ênfase ao protagonismo do MDC – sem o qual, afirmava, tornavam-se improváveis tanto a Conferência quanto a obtenção de avanços na CCTCI:

“Ainda bem que a sociedade civil tem se mobilizado, se organizado, marcado uma presença efetiva, respaldando o Legislativo”, ressaltou, agradecendo entidades como o FNDC, Fitert, Intervezes, Fenaj e Abraço pela presença efetiva e força política emprestada à comissão. E também ao empenho dessas entidades junto ao parlamentares para construir a primeira Conferência Nacional de Comunicação. “A conferência nacional de comunicação deve produzir políticas públicas para serem assumidas nesse país”, afirmou, ao propor que a conferência se inicie o mais rápido possível, ainda este ano, com as regionais.²⁵

Além de citar nominalmente alguns coletivos e entidades do MDC pela participação na comissão e pelo engajamento para a luta política em prol da convocação da Conferência, Erundina ecoava três pontos bastante presentes nas falas do MDC naquele momento: a) que a Confecom deveria ser realizada o quanto antes; b) que as etapas regionais deveriam obrigatoriamente ocorrer;²⁶ c) que as decisões da Conferência não deveriam ficar apenas no papel, mas ser utilizadas para produzir mudanças no setor – o que, de certa forma, evidencia preocupação com a possibilidade de que a Conferência viesse a ser inócua neste aspecto.

A Plenária do FNDC também contou com a participação do deputado federal Jorge Bittar (PT/RJ), “relator, na Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) na Câmara”, do já citado projeto de lei “que regulamenta conteúdo na TV por assinatura”. De acordo com o texto, “Bittar se declarou

²⁵ MARINI, Ana Rita. Rede única para a digitalização é entendimento geral no primeiro dia de plenária. *FNDC*, 17 mai. 2008. Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/noticias/rede-unica-para-a-digitalizacao-e-entendimento-geral-no-primeiro-dia-de-plenaria-254002/>>. Acesso em 18 set. 2014.

²⁶ A fala de Erundina já indicava a possibilidade de a Conferência não ocorrer no mesmo ano (2008), mas reivindicava que ao menos as conferências de menor escala (municipais, regionais e estaduais) fossem realizadas, como forma de desencadear a Conferência nacional.

absolutamente engajado no processo de reflexão, da construção de grandes teses para a conferência nacional de comunicação”.²⁷

Algumas opiniões variaram ao longo do processo de mobilização. Em agosto de 2009, matéria reproduzida do site da revista *Caros Amigos* sobre “seminário organizado pela Comissão Paulista Pró Conferência de Comunicação para debater a democratização da mídia” destacou falas de Erundina. Segundo o texto, ela “criticou os empresários do setor de comunicação por estarem inviabilizando a aprovação do regimento interno da 1ª Conferência Nacional de Comunicação. (...) Eles avaliam que estão em desvantagem em relação à sociedade civil e, por isso, querem se retirar da Conferência”.²⁸ A deputada era uma das raras vozes no Congresso Nacional a proferir tais críticas. Seu partido, o PSB, integrava a base de apoio do Governo Lula. A própria Erundina fora um quadro histórico do PT, tendo sido prefeita de São Paulo pela legenda. Sua fala distingue claramente o que seriam as posições do governo e do ministro das Comunicações:

Para a parlamentar, o governo federal tem se comportado corretamente no processo de construção da Conferência de Comunicação. “O governo não está fazendo coro com os empresários. A única exceção é o ministro das Comunicações, Hélio Costa”, frisa. Ela conta que o ministro já afirmou que não quer que a Conferência aconteça.²⁹

A visão de Erundina, de focar as críticas nos empresários e em Hélio Costa, poupando o governo e, mais do que isso, elogiando-o, aproxima-se daquela adotada a maior parte do tempo por diversos setores do MDC – entre as entidades pesquisadas, especialmente o FNDC.

Comparação/contraste com o Executivo

O Congresso também foi abordado em comparação com o Executivo. Em geral,

²⁷ A matéria do FNDC não informa onde e quando se deu a fala de Bittar. Contudo, consultando a programação do evento, é possível identificá-lo como convidado de uma mesa. PROGRAMA da XIV Plenária (versão preliminar). Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/plenarias/xiv-plenaria/programa-da-xiv-plenaria-versao-preliminar/>>. PROJETOS podem quebrar barreiras históricas. FNDC, 17 mai. 2008. Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/noticias/projetos-podem-quebrar-barreiras-historicas-254004/>>. Acesso em 29 nov. 2016.

²⁸ RODRIGUES, Lúcia. Paulistas debatem democratização da comunicação. *Comissão Nacional Pró-Conferência de Comunicação*, 3 ago. 2009. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20101108074606/http://proconferencia.org.br/textos/clipping/paulistas-debatem-democratizacao-da-comunicacao/>>. Acesso em 3 abr. 2015.

²⁹ RODRIGUES, Lúcia. Paulistas debatem democratização da comunicação. *Comissão Nacional Pró-Conferência de Comunicação*, 3 ago. 2009. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20101108074606/http://proconferencia.org.br/textos/clipping/paulistas-debatem-democratizacao-da-comunicacao/>>. Acesso em 3 abr. 2015.

as avaliações contrastavam o que se considerava *imobilidade* do último com a atuação do primeiro. Em outubro de 2007: “Até agora, o único passo concreto para a realização da conferência foi dado pela Câmara dos Deputados. Em sessão realizada na terça-feira, 30, a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou emenda que prevê a destinação de R\$ 20 milhões para garantir a realização do processo, incluindo suas etapas estaduais e nacional”.³⁰ Além de destacar a inclusão da rubrica com recursos para a Confecom no Plano Plurianual 2008-2011, o texto informava os autores da emenda e trazia declarações de parlamentares a respeito da relevância da medida.³¹ Em março de 2008, o FNDC noticiou que o “Projeto de lei do Plano Plurianual” fora aprovado com o mesmo valor para “apoio à realização de conferências no setor de comunicação”. O texto trazia a avaliação do “coordenador-geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), jornalista Celso Schröder”, de que “a proposta das emendas e a votação, sinalizam a vontade majoritária do parlamento em relação a conferência”.³²

O texto prossegue citando o dirigente quanto ao que seriam os passos seguintes:

Segundo Schröder, dando sequência à construção da Conferência Nacional de Comunicação, o movimento agora é que ela seja convocada a partir do Executivo e desencadeada no Parlamento. “Há uma vontade já assinalada pelo Ministro das Comunicações, Hélio Costa, de estar junto. Temos defendido que o Parlamento deve viabilizá-la, mas a conferência deve ser convocada e encaminhar suas políticas para o Executivo”, explica o coordenador-geral do FNDC.³³

Embora o dirigente cite que papéis, a seu ver, caberiam ao Executivo e ao Legislativo, não fica muito claro o que exatamente faria o último, ou seja, o que quer dizer com “viabilizar” e “desencadear” a Conferência, exceto pelo já informado no próprio texto (alocar recursos nas leis orçamentárias).

³⁰ VALENTE, Jonas. Conferência avança no Congresso, mas governo ainda resiste. *ODC*, 5 nov. 2007. Disponível em:

<https://web.archive.org/web/20130625164637/http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=1839>. Acesso em 14 fev. 2017.

³¹ VALENTE, Jonas. Conferência avança no Congresso, mas governo ainda resiste. *ODC*, 5 nov. 2007. Disponível em:

<https://web.archive.org/web/20130625164637/http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=1839>. Acesso em 14 fev. 2017.

³² ORÇAMENTO da União aprova verba para Conferência. *FNDC*, 20 mar. 2008. Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/noticias/orcamento-da-uniao-aprova-verba-para-conferencia-236852/>>. Acesso em 21 nov. 2016.

³³ ORÇAMENTO da União aprova verba para Conferência. *FNDC*, 20 mar. 2008. Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/noticias/orcamento-da-uniao-aprova-verba-para-conferencia-236852/>>. Acesso em 21 nov. 2016.

Em setembro de 2008, o Intervozes afirmou que: “O Legislativo já apoia a realização da conferência, mas o Executivo tem se mostrado reticente.”³⁴ Um mês antes, o ODC reproduziu nota da Agência Câmara informando que

as comissões de Direitos Humanos e Minorias; de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; e de Legislação Participativa, além de 30 organizações da sociedade, lançaram uma campanha em todo o País pela convocação da 1ª Conferência Nacional de Comunicação. A ideia é colher o maior número de assinaturas para um documento que será entregue ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pedindo a convocação da conferência.³⁵

A mobilização pela convocação da Confecom já durava cerca de quinze meses. A matéria citava a deputada Luiza Erundina explicando de onde vinha a ideia da Conferência, quais seus objetivos, e também afirmando que “a Câmara já garantiu recursos no Orçamento da União para a organização da conferência” no ano seguinte. O texto terminava informando que “para assinar o documento (...) basta acessar a página na internet www.proconferencia.com.br” - o endereço era o do site da CNPC.³⁶ A dilação para a convocação já fora criticada pela parlamentar, que considerava “o pouco caso do governo federal” uma atitude que favorecia o empresariado, uma vez que, conforme discutido no primeiro tópico, este tradicionalmente emplacava suas demandas no Congresso Nacional: “E o pior é que as pautas da Conferência já estão sendo decididas. Os empresários vão dizer que já está tudo decidido. Quanto mais demorar melhor”.³⁷

Considerações finais

Este trabalho apresenta resultados iniciais de uma pesquisa histórica que visa a

³⁴ ABAIXO-ASSINADO cobra realização da I Conferência Nacional de Comunicação. *Intervozes*, 30 set. 2008. Disponível em: <<http://intervozes.org.br/abaixo-assinado-cobra-realizacao-da-i-conferencia-nacional-de-comunicacao>>. Acesso em 25 fev. 2015.

³⁵ MORAES, Geórgia. Campanha pede convocação de conferência de comunicação. *ODC*, 26 ago. 2008. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20130627133337/http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=3895>. Acesso em 7 fev. 2017.

³⁶ MORAES, Geórgia. Campanha pede convocação de conferência de comunicação. *ODC*, 26 ago. 2008. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20130627133337/http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=3895>. Acesso em 7 fev. 2017.

³⁷ RIBEIRO, Carolina; COSTA, Henrique. Deputada cobra compromisso do Executivo com convocação. *ODC*, 4 jun. 2008. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20130627132835/http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=3516>. Acesso em 13 fev. 2017.

discutir documentação relativa ao processo de mobilização em prol da convocação e realização da Confecom. A proposta geral da pesquisa é organizar a descrição e análise em torno de três eixos: o MDC e o contexto histórico (*por que se mobiliza*); a dinâmica de luta pela convocação, de preparação e de organização da Confecom (*como se mobiliza*); e as reivindicações e propostas para a democratização da comunicação no país (*para que se mobiliza*).

Neste artigo, busquei esquematizar, para fins de exposição e análise, quatro categorias em torno das quais acredito ser possível agrupar a ampla maioria das referências ao Congresso presentes nas fontes. Embora as relações com o Legislativo não tenham sido o aspecto central das negociações e lutas – o protagonismo é do Executivo –, foram importantes por uma série de motivos, como espero ter evidenciado.

Por um lado, criticou-se bastante o Congresso pela frequência com que interesses dos empresários de comunicação são atendidos, em contraponto às raras situações em que a cidadania consegue se fazer ouvir – que dirá emplacar avanços na regulamentação do setor. Por outro, apesar de ser um espaço majoritariamente hostil ao MDC, o Parlamento – mais precisamente, algumas atividades e eventos, em especial na CCTCI – foi um espaço importante de atuação do MDC para chamar atenção para a mobilização pró-Conferência, para buscar apoio e para pressionar o Executivo. Particularmente destacadas foram as atuações de raros deputados da base aliada, membros da CCTCI.

A própria comissão, majoritariamente favorável ao empresariado da comunicação, foi o principal espaço para a presença do MDC – em grande medida, graças à articulação com a deputada federal Luiza Erundina, cuja atuação foi frequentemente destacada nas fontes, tanto no que diz respeito ao próprio Parlamento e CCTCI quanto a eventos da mobilização pró-Confecom em diferentes estados, boa parte deles realizados pelo MDC.

Em algumas ocasiões, o Congresso foi comparado com o Executivo. Em geral, este último era criticado pelo que se considerava lentidão na convocação da Conferência.

Por fim, ressalto que, embora o artigo analise as relações do MDC com o Congresso Nacional, identifiquei até o momento, no *corpus*, raras menções ao Senado.

Referências bibliográficas

ARBEX JR., José. “Uma outra comunicação é possível (e necessária)”. In: In: MORAES, Dênis de (org.). **Por uma outra comunicação**: mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 385-400.

LIMA, Venício A. de. **Mídia**: crise política e poder no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

LIMA, Venício A. de. **Política de comunicações**: um balanço dos governos Lula [2003-2010]. São Paulo: Publisher Brasil, 2012b.

LIMA, Venício Artur de. **Regulação das comunicações**: História, poder e direitos. São Paulo: Paulus, 2011.

MOTTER, Paulino. O uso político das concessões das emissoras de rádio e televisão no governo Sarney. **Comunicação & Política**, v. 1, n. 1 (nova série), p. 89-115, ago.-nov. 1994.

SOUZA, Marcio Vieira de. **As vozes do silêncio**: o movimento pela democratização da comunicação no Brasil. Paris: Fondation pour le progrès de l’homme; Florianópolis: Diálogo, 1996.